

Sarney conta ganhar 5 anos. Por 5 votos

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

O presidente José Sarney fez ontem, no horário do almoço, mais uma reunião de avaliação sobre a votação de seu mandato na Constituinte. Um máximo de 20 ou um mínimo de cinco votos de diferença para os mais realistas, deverá dar a vitória aos cinco anos de mandato, segundo as previsões apresentadas durante o encontro. Durante mais de uma hora o presidente esteve reunido com dez ministros, com o líder do governo na Câmara, deputado Carlos Sant'Anna, e com o subchefe de assuntos legislativos do Gabinete Civil, Henrique Hargreaves.

Na mesa de avaliação, um mapa indicava, nome por nome, quem votaria pelos cinco anos. Apesar do otimismo da avaliação, um ministro deixou escapar que na bancada de São Paulo, contudo, a soma de favoráveis ao presidente Sarney não passava de 22, para um total de 62 parlamentares.

Os dez ministros presentes eram: Antônio Carlos Magalhães, das Comunicações, Prisco Viana, da Habitação, Urbanismo e Meio Ambiente, José Hugo Castelo Branco, da Indústria e do Comércio, Ronaldo Costa Couto, do Gabinete Civil, Hugo Napoleão, da Educação, Jader Barbalho, da Reforma e do Desenvolvimento Agrário, Iris Resende, da

Agricultura, João Alves, do Interior, Borges da Silveira, da Saúde; e José Reinaldo Tavares, dos Transportes.

Além das pressões e vantagens que o Palácio do Planalto pode oferecer para garantir votos favoráveis aos cinco anos, na avaliação dos auxiliares do presidente Sarney ainda entram outros fatores para que o quadro esteja se firmando em favor dos cinco anos de mandato. Os assessores lembram que se houver eleições gerais este ano, o prazo de desincompatibilização será até maio e muita gente terá de sair do cargo que ocupa antes mesmo de saber se ganhará a convenção do partido.

Votação sobre regime pode ser adiada

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

A decisão do presidente da Constituinte, Ulysses Guimarães, de não proceder a sessões de votação, sábado e domingo próximos, para dar mais tempo à negociação poderá adiar a votação do sistema de governo e da duração do mandato do presidente da República, em termos permanentes, para segunda ou terça-feira.

Com a aceleração dos trabalhos, é possível que ainda esta semana os parlamentares comecem a votar o Título IV, que trata da organização dos Poderes e do sistema de governo, mas a questão do mandato como regra permanente só será tratada no artigo 93 (pelo texto da Comissão de Sistematização o mandato é de cinco anos), enquanto o sistema de governo (no projeto da Sistematização é o parlamentarismo) só entrará no artigo 101.

Desse modo, mesmo que se confirme a previsão de Ulysses de que o Título IV começará a ser votado a partir de amanhã, os muitos dispositivos entre os artigos 55, 93 e 101 farão com que a decisão sobre os dois principais temas do momento — sistema de governo e mandato presidencial — fique para a semana que vem.

Para Sant'Anna, só os barulhentos são contra

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

O líder do governo na Constituinte, deputado Carlos Sant'Anna, afirmou ontem, depois de reunião no Palácio do Planalto, que o presidente Sarney está confiante na aprovação dos cinco anos para o seu mandato. O líder saiu do Palácio com a listagem dos constituintes que assinaram a emenda dos cinco anos, de autoria do deputado Mathews Iensen (PMDB-PR), provavelmente para avaliar as perdas e as novas adesões à proposta.

Sant'Anna comentou que a aparente preferência dos constituintes pelos quatro anos deve ser atribuída à atuação "barulhenta" dos grupos que defendem eleições diretas para este ano. "Os discursos no pinga-fogo e nos encaminhamentos de votações são todos pelos quatro anos, porque eles fazem questão de expressar sua opinião." Existe, contudo, uma "maioria silenciosa" que, segundo ele, é quem vai decidir a questão em favor dos cinco anos.

O deputado José Geraldo (PMDB-MG), um dos articuladores dos cinco anos, disse, por sua vez, que o agravamento da crise econômica está ajudando a conscientização dos constituintes sobre a inviabilidade de eleições diretas para presidente da República este ano. "A inflação de 18% e a perspectiva de 30% em maio, na melhor das hipóteses; as insinuações de golpe mi-

litar; e a possibilidade de perda de controle da economia estão conscientizando os constituintes dos riscos que as eleições agora poderiam representar", afirmou o deputado.

ESTRATÉGIA

José Geraldo explicou que os defensores dos cinco anos vão manter a mesma estratégia até agora desenvolvida na Assembléia, ou seja, tentar cooptar os parlamentaristas para o presidencialismo com cinco anos ou a aprovação do parlamentarismo clássico, a ser implantado a partir do quinto ano do governo do presidente Sarney.

Conversas neste sentido, segundo o deputado, vêm sendo mantidas pelo próprio Sarney com governadores de Estado, como ocorreu ontem com Newton Cardoso, de Minas, pelos ministros Prisco Vianna, do Desenvolvimento Urbano, e Antônio Carlos Magalhães, das Comunicações.

Pela experiência dos acordos feitos nos temas polêmicos até agora votados na Constituinte, salientou José Geraldo, o sistema de governo e o mandato presidencial também vão ser definidos a partir de um entendimento que atenda aos interesses das diversas correntes interessadas. "Vamos ter que fazer a mesma coisa agora. Os dois lados têm que ceder para a aprovação de uma fórmula conciliatória", disse.



Alencar Monteiro

Presidencialistas ainda resistem à criação da figura do primeiro-ministro

Presidencialistas ainda divergem

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

O grupo presidencialista não conseguiu "fechar", ontem à tarde, numa rápida reunião interrompida pela votação no plenário da Constituinte, duas noções das quais pretende atrair mais votos para a emenda que estabelece o sistema presidencialista do senador Humberto Lucena (PMDB-PB), presidente do Senado, à qual já haviam sido anexadas, regimentalmente, as emendas do senador Edison Theodoro (PFL-MA) e dos deputados Teodoro Mendes (SP) e Maurílio Ferreira Lima (PE), ambos do PMDB.

Uma nova reunião, hoje, a partir de meio-dia, poderá "amarrar" essas duas questões, constantes da emenda do deputado Manoel Moreira (PMDB-SP), que seria acoplada à emenda presidencialista do senador Humberto Lucena (PMDB-PB), presidente do Senado, à qual já haviam sido anexadas, regimentalmente, as emendas do senador Edison Theodoro (PFL-MA) e dos deputados Teodoro Mendes (SP) e Maurílio Ferreira Lima (PE), ambos do PMDB.

Está havendo resistência dentro do grupo presidencialista, principalmente do PT e do PDT, que não aceitam a criação da figura do primeiro-ministro, mesmo que esse primeiro-ministro nada tenha a ver com as características que possui no sistema parlamentarista. Como proposto para discussão dentro do grupo, esse primeiro-ministro presidencialista seria nomeado pelo presidente da República, podendo ser demitido *ad nutum* (por livre vontade do possidente) ou, 120 dias depois de empossado, por requerimento de um terço da Câmara, desde que aprovada a demissão por no mínimo dois terços dos deputados.

A outra dúvida é quanto à moção de censura, pois entre os presidencialistas há aqueles que defendem que a censura pode também ser coletiva, ou seja, uma moção de censura votada por dois terços, a requerimento de no mínimo um terço dos parlamentares, poderias ensejar a demissão de todo o Ministério. A tendência dominante na comissão, no entanto, é pela moção de

censura apenas individual, podendo ser aplicada, inclusive, aos ministros militares.

Uma questão já posta de lado, e que representa uma dificuldade a menos para os presidencialistas diante da onda parlamentarista, que todos apostam ser majoritária, é que o grupo não pretende tratar da duração do mandato do presidente da República como regra permanente (os sucessores do presidente José Sarney). Já há um requerimento para votação em separado do mandato presidencial, não havendo, segundo o senador Humberto Lucena, necessidade de o grupo se desgastar na discussão do tema.

A emenda parlamentarista, encabeçada pelo deputado Egídio Ferreira Lima (PMDB-PE), representa o parlamentarismo misto, pois mantém a eleição direta para o presidente da República, que terá as responsabilidades de chefe de Estado, cabendo ao primeiro-ministro, por ele indicado e aprovado pela Câmara dos Deputados, a responsabilidade pela chefia de governo e pelo Ministério.

Sistema misto, a nova proposta

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

A adoção do sistema presidencialista parlamentarizado — ou congressional — até o início da nova legislatura, em janeiro de 1991, quando entraria em vigor o parlamentarismo integral. Esta é a nova proposta que está sendo examinada pelas lideranças partidárias. Há informações de que ela já foi apresentada por Ulysses Guimarães a alguns governadores, como Waldir Pires, da Bahia, e Newton Cardoso, de Minas Gerais.

A proposta está sendo articulada pelo líder do PMDB na Câmara, Íbsen Pinheiro, que já conversou com os líderes do partido na Constituinte e no Senado, Mário Covas e

Fernando Henrique Cardoso. Os dois senadores paulistas não lhe deram o "sinal verde", mas também não se recusaram a prosseguir nos entendimentos. Para Fernando Henrique, "o importante é lutar pela aprovação do parlamentarismo, deixando para depois os detalhes de data de vigência e seus princípios". Já Mário Covas lembrou que, se aprovada a realização de eleições neste ano, o País terá novo governo no início de 1989.

A tese do presidencialista parlamentarizado indica que o presidente eleito em 88 e empossado no ano que vem governará os dois anos iniciais como chefe de Estado e chefe de governo. E nos dois últimos anos apenas como chefe de Estado,

pois a chefia do governo será do primeiro-ministro, referendado pelo Congresso.

A participação de Ulysses Guimarães nas negociações é evidente. O texto básico apresentado para o debate é a emenda do deputado paulista Manoel Moreira, elaborada pelo jurista Miguel Reale Junior, assessor especial de Ulysses. Íbsen Pinheiro, por sua vez, é um dos parlamentares mais ligados ao presidente da Constituinte. Percebendo a estratégia, poucos líderes do PMDB dão crédito às indicações de que Ulysses estaria coordenando o acordo para aprovar o mandato de cinco anos para Sarney com o parlamentarismo. A eleição em 88, segundo eles, é a última oportunidade para o presidente da Constituinte.